

**SCHOOL EVASION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: THE
CASE OF THE TECHNICAL COURSE IN SYSTEM DEVELOPMENT AT SENAI OF
FLORIANÓPOLIS**

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: O CASO DO CURSO
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DO SENAI DE FLORIANÓPOLIS**

ALINE RITA KOTHE FAVETTI

<https://orcid.org/0009-0008-0883-4567> aline.kothe@sc.senai.br
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Florianópolis - SC

VOLMIR VON DENTZ

<https://orcid.org/0000-0002-6139-0909> /volmirvon@gmail.com
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis - SC



Recebido em:09/09/2023
Aprovado em:08/10/2023
Publicado em:25/10/2023

RESUMO

O artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como objetivo analisar as causas da evasão no Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, subsequente ao Ensino Médio, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC), unidade de Florianópolis, e propor ações de intervenção para diminuir os índices de evasão no referido curso. Na busca por respostas ao problema da evasão, dados e informações institucionais disponível são analisados. Para isso, conceitos basilares da Educação Profissional e Tecnológica são tomados como referência para a análise; entre os quais destaca-se a finalidade e papel de uma educação voltada para o trabalho e para formação integral dos sujeitos. O curso estudado atende a uma demanda importante na formação de trabalhadores para suprir as necessidades de indústrias e empresas na região metropolitana da capital catarinense. Porém, constata-se que o índice de evasão em 2022 foi de 36%, ou seja, a cada 10 estudantes matriculados no referido curso, pelo menos 3 deles se evadiram. Entre as causas identificadas, destaca-se a reprovação e dificuldades de acompanhamento do curso. Assim, recomenda-se implementar ações de acolhimento e acompanhamento pedagógico, aulas extra de reforço e monitoria para estudantes com dificuldade em matérias específicas, entre outras estratégias para enfrentar o problema.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica. Evasão escolar. Trabalho e educação.

ABSTRACT

The article presents partial results of a master's research, in progress, which aims to analyze the causes of evasion in the Technical Course in Systems Development, of the Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC), unit of Florianópolis, and propose intervention actions to reduce dropout rates in that course. In the search for answers to the dropout problem, available institutional data and information are analyzed. For this, basic concepts of Professional and Technological Education are taken as a reference for the analysis; among which stands out the purpose and role of an education focused on work and the integral formation of subjects. The studied course meets an important demand in the training of workers to meet the needs of industries and companies in the metropolitan region of the capital of Santa Catarina. However, it appears that the dropout rate in 2022 was 36%, that is, for every 10 students enrolled in the said course, at least 3 of them dropped out. Among the identified causes, failure and difficulties in monitoring the course stand out. Therefore, it is recommended to implement reception and pedagogical follow-up actions, extra tutoring and monitoring classes for students with difficulty in specific subjects, among other strategies to face the problem.

Keywords: Professional and technological education. School dropout. Work and education.

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é uma problemática no sistema educacional brasileiro, porém poucos estudos analisam esse tema na Educação Profissional. A presente pesquisa de mestrado, em andamento, tem como objetivo analisar as causas da evasão no Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, subsequente ao Ensino Médio, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC), unidade de Florianópolis, e propor ações de intervenção para diminuir os índices de evasão no referido curso. A elaboração de um produto educacional, na tipologia roteiro de estratégias, almeja a redução da evasão e, conseqüentemente, a ampliação da permanência e êxito que possa culminar no aumento dos índices de conclusão do curso, considerando o grupo pesquisado.

Entende-se que a formação profissional na contemporaneidade precisa ser analisada no contexto das novas morfologias do trabalho, características do período pós-fordista, considerando particularmente o advento do modelo toyotista de acumulação flexível amparado em novo padrão tecnológico, dado que a produção vem se metamorfoseando rapidamente com a introdução do universo informacional-digital ocasionando mudanças significativas para os trabalhadores, sobretudo, impactados por novas formas de organização, gerenciamento e controle.

O avanço tecnológico ao mesmo tempo que apresenta novas possibilidades também comporta contradições. Basta lembrar que o domínio técnico é frequentemente destacado como fator importante para a profissionalização dos trabalhadores, mas também que as novas tecnologias, sendo imprescindíveis para a diminuição da quantidade de trabalho humano necessário na produção de mercadorias, vêm tornando supérfluo o próprio trabalhador. Nesse contexto, cabe compreender a educação profissional e tecnológica a partir das condições e perspectivas dos próprios estudantes-trabalhadores, de maneira concreta e situada no momento histórico, considerando suas transformações, para uma análise consistente do problema da evasão em cursos dessa modalidade de ensino.

A partir da revisão bibliográfica, para melhor compreender o fenômeno da evasão escolar dos estudantes de cursos técnicos, a abordagem realizada considera as bases conceituais da relação educação e trabalho, a partir de um olhar sociológico acerca da realidade educacional, do mundo do trabalho e da condição dos trabalhadores na sociedade contemporânea. Fatores estes que dialogam com uma das hipóteses centrais desta pesquisa: o estudante ser trabalhador. Observando se essa relação – trabalho e educação – é fator determinante para a permanência e o êxito no curso. Neste contexto colaboram com esse estudo autores como Demerval Saviani (2007), Gaudêncio Frigotto (2009), Ricardo Antunes (2014), Marise Ramos (2014), Ludmila Abílio (2020), entre outros.

Por outro lado, há que se considerar fatores internos à instituição de ensino. Nesse sentido, conceitos basilares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são tomados como referência para a pesquisa. Entre os quais destaca-se a finalidade e papel de uma educação voltada para o trabalho e para formação integral dos sujeitos, assim como os aspectos legais de acesso e direito à educação e a formação profissional. Nesse sentido, aborda-se o problema da evasão escolar na EPT através de um breve apanhado bibliográfico de estudos já realizados, considerando autores como Moreira, Lambert e Castro (2018), Dore e Luscher (2011), Dore, Salles e Castro (2014), Figueiredo e Salles (2017), Rosa e Aquino (2019), Veiga e Bregiante (2016), Silva e Tortato (2022), entre outros.

A pesquisa constitui-se como um estudo de caso a ser realizado na Escola do SENAI-SC em Florianópolis, a partir de dados disponíveis sobre o alunado do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, de nível médio, ofertado na modalidade subsequente, no período noturno. Busca-se respostas para diversas inquietações relacionadas ao problema da evasão. Entre

as quais, as seguintes questões: quais os índices de evasão no curso pesquisado? Qual o perfil dos estudantes? Quais os motivos da evasão? Quais estratégias podem ser adotadas para ampliar a permanência e o êxito dos estudantes no curso? Na busca por respostas às indagações que motivam a pesquisa, dados e informações institucionais disponível em banco de dados interno serão analisados. A curto prazo, pretende-se que os resultados obtidos possam subsidiar o desenvolvimento de um produto educacional, na tipologia roteiro de estratégias, que possa ser aplicado com vistas à redução dos índices de evasão no curso pesquisado.

2 A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO E O PROBLEMA DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O trabalho na perspectiva ontológica está relacionado ao que é inerente ao ser humano, o que nos faz humanos, ou seja, uma relação existencial mais profunda, como atividade constitutiva da condição humana. Por outro lado, o trabalho não é dado naturalmente ao ser humano, mas é produzido, e portanto histórico e cultural. O ato de produzir condiciona um processo de formação, pois produzir a própria existência significa também aprender à produzi-la como um processo educativo que se realiza no trabalho e a partir dele de maneira original. Em suma, é da natureza humana, especificamente, trabalhar e se educar, haja visto que diferentemente dos demais animais, que se adaptam à natureza, os seres humanos adaptam a natureza às suas necessidades, através do trabalho. Nessa perspectiva, é que se estabelece o vínculo indispensável entre trabalho e educação, ou seja, os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação (SAVIANI, 2007).

Contudo, essa visão contrasta com a concepção instrumental do trabalho, que o vê apenas como atividade necessária para a produção de bens e serviços, ou “apertar parafusos”, e para a subsistência do indivíduo. Ora, o trabalho não é apenas necessário para a sobrevivência, mas uma atividade que permite ao ser humano se realizar e se desenvolver. Porém, a visão reducionista parece não se importar com as condições que instrumentalizam o próprio ser humano. Isso pois, em vez de realizar o aspecto positivo da dignidade humana, as más condições de trabalho, com a intensificação da exploração da força de trabalho, a instabilidade dos vínculos empregatícios e a intensidade da jornada de trabalho podem levar a diversos efeitos negativos à saúde mental e física do trabalhador. Assim, entre os fatores de adoecimento do trabalhador podemos citar ainda a sobrecarga de trabalho, a baixa remuneração, a exposição a riscos laborais, a flexibilização que

dificulta perceber a separação entre trabalho e vida pessoal, os horários e a distribuição do tempo de trabalho, o ritmo intensivo de trabalho, o assédio moral, o desgaste emocional, a falta de motivação e a perda de sentido na vida.

Ricardo Antunes (2014), apresenta um desenho da nova morfologia do trabalho no Brasil, explanando tendências presentes no mundo do trabalho no período recente, e observa que até a década de 1980 era relativamente pequeno o número de trabalhadores terceirizados, mas que nas décadas seguintes houve um aumento significativo, resultado do forte processo de reestruturação produtiva e das mudanças no espaço da organização sociotécnica do trabalho.

Neste contexto Antunes, (2014) apresenta um exercício empírico e analítico visando oferecer um melhor entendimento de “quem é a classe trabalhadora hoje, resultado de um monumental processo de reestruturação produtiva desencadeado desde os inícios dos anos 1970 nos países centrais, e especialmente desde meados dos anos 1980 nos países do sul global”. Em suas análises, o autor aborda questões centrais de como se configura a nova morfologia do trabalho, seu novo desenho, sua conformação; e como é possível, a partir desse novo desenho, desconstruir e contraditar empírica e analiticamente as teses que propugnavam a “perda de relevância” do trabalho frente ao avanço tecnológico.

Analisando mudanças recentes nas condições de trabalho, Ludmila Abílio (2020) apresenta aspectos do trabalho capilarizado por plataformas digitais a partir do conceito de “uberização do trabalho”, definido como um novo modelo de trabalho através de prestação de serviços pontuais que, na teoria, se coloca como mais flexível, no qual o profissional presta serviços conforme a demanda, com a possibilidade de fazer seu próprio gerenciamento, sem que haja vínculo empregatício, assim como a inexistência de um salário fixo. Contudo, na prática, a uberização estabelece novas formas de organização, gerenciamento e controle do trabalho por meio das quais ocorre a precarização, pois o trabalhador deixa de estabelecer a relação de emprego formalizada, perde garantias, não recebe por horas extras, podendo trabalhar muito a mais do previsto em lei, em horários prejudiciais à saúde, para conseguir renda suficiente para seu sustento e de sua família.

Questiona-se portanto os usos sociais da tecnologia reivindicando que ela precisa ser um fator de desenvolvimento social e uma aliada também dos trabalhadores, facilitando e ampliando a produção de bens e serviços sem que para isso a dignidade humana seja colocada em risco. Neste contexto, a escola tem uma relação histórica como o mundo da produção, de modo que a cada nova fase da produção humana, da ciência e da tecnologia, novas possibilidades e

necessidades educativas vão surgindo, por isso é preciso defender o direito de acesso ao conhecimento científico e cultural sistematizado pela classe trabalhadora como um princípio ético-político.

A produção do conhecimento, pensando a pesquisa como princípio pedagógico, está intimamente relacionada ao trabalho como princípio educativo, o qual ao ser assumido em uma educação integrada contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e dessa forma nele atuar por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras (RAMOS, 2014, p. 85).

O trabalho como princípio educativo se baseia em um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana, de modo que a educação profissional não seja meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas que possa proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões.

Apresentados esses pressupostos, defendemos que o projeto unitário de educação profissional não elide as singularidades dos grupos sociais, mas se constitui como síntese do diverso, tendo o trabalho como o primeiro fundamento da educação como prática social (RAMOS, 2014, p.85).

E o trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade) (FRIGOTTO, 2009, p. 72).

Em uma abordagem pedagógica que toma por referência o trabalho como princípio educativo, portanto, é fundamental valorizar a atividade humana como aspecto chave do desenvolvimento integral dos indivíduos. Assim, podemos afirmar que trabalho não deve ser visto apenas como uma forma de obter renda, mas sim como uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento pessoal e social. Segundo essa perspectiva, o trabalho pode ser um meio de aprendizagem e formação, ajudando o indivíduo a desenvolver habilidades cognitivas, como raciocínio lógico e resolução de problemas, habilidades socioemocionais, como trabalho em equipe e liderança, e valores como responsabilidade, ética e solidariedade. Dessa forma, o trabalho como princípio educativo pode contribuir para a formação de indivíduos mais preparados para enfrentar

os desafios do mundo contemporâneo, bem como para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

Em suma, a integração da educação profissional e tecnológica ao ensino médio é uma medida importante para tornar a formação dos estudantes mais completa e mais conectada com o mundo do trabalho. A tentativa de redirecionar a educação brasileira em benefício da classe trabalhadora, visando superar a histórica dualidade estrutural que marca sua história, esteve na defesa da concepção de educação politécnica, pela qual se busca romper com a dicotomia entre educação básica e formação técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade (RAMOS, 2014, p. 16).

“A educação politécnica seria o horizonte, compreendida como aquela capaz de proporcionar aos estudantes a compreensão dos fundamentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos da produção” (RAMOS, 2017, p. 36). Politecnicidade enquanto formação técnica e científica aliada a uma formação humanista, para formar profissionais capazes de atender às demandas da sociedade através de uma formação ampla e completa, com visão crítica e cidadã. Portanto, o modelo de educação politécnica propõe uma integração entre teoria e prática, buscando formar profissionais que não apenas tenham conhecimentos técnicos, mas que também sejam capazes de refletir criticamente sobre o mundo em que vivem. Isso implica em uma formação que inclua disciplinas técnicas e científicas, aliadas a disciplinas do campo das humanidades, como filosofia, história e sociologia, da literatura e das artes. Nesse sentido, a educação politécnica tem como objetivo formar profissionais com uma visão ampla e crítica, capazes de atuar de forma consciente e responsável em suas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Por fim, outra forma de lidar com a dualidade é por meio da oferta de cursos profissionalizantes de qualidade, que podem ser acessados por todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica. É importante que a sociedade compreenda a importância da Educação Profissional para o desenvolvimento econômico e social do país, bem como a necessidade de uma formação ampla e integrada, que contemple tanto a formação geral quanto a formação técnica e profissional.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional e tecnológica é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o

exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (BRASIL, 1996). Com esta concepção, a LDB situa a educação e a educação profissional como direito fundamental do cidadão.

“O direito à educação e o direito ao trabalho” colocam a educação profissional e tecnológica em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, pois, inclui a “educação” e “profissionalização” como direitos a serem garantidos “com absoluta prioridade” (BRASIL, 1988). É importante considerar que apesar destes direitos estarem previstos em legislações, não significa que estejam sendo cumpridos em sua totalidade, ou seja, muitos são aqueles que têm esse direito negado, seja pelo desemprego, seja por ter que escolher entre trabalhar ou estudar.

A partir do contexto do direito estabelecido, a educação e a profissionalização, Rosa e Aquino (2019) apresentam a necessidade da formação alinhada ao mundo contemporâneo, assim como a responsabilidade do estado em preparar os jovens para a cidadania e a qualificação.

O ensino técnico é uma resposta da educação às necessidades do mundo contemporâneo que urge cada vez mais por pessoas capacitadas em áreas específicas, e, sobretudo, para atenderem a conhecimentos de forma especializada. O estado chamou para si a responsabilidade de formar mão de obra para ofertar ao mercado. É neste sentido, que a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 9.394, de 1996) declara no artigo 2º, que é dever do estado preparar os jovens para o exercício da cidadania e principalmente a qualificação para o trabalho através da educação (ROSA; AQUINO, 2019, p. 3).

Nesse sentido, a oferta de formação técnica de nível médio deve estar pautada na proposição de cursos que fazem parte de um movimento de reafirmação do trabalho como princípio educativo, que não se restringe a “aprender trabalhando” ou a “trabalhar aprendendo”, mas como atividade que pode contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo, ou seja, uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento pessoal e social, pois importa, segundo Ramos (2014, p. 86), garantir aos jovens e adultos trabalhadores “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.

2.2 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O papel social da educação profissional e tecnológica na formação cidadã seus impactos no mundo do trabalho são fatores que colocam em evidência não só a necessidade de ampliação de

cursos e novas vagas, mas também a urgência pela diminuição dos índices de evasão dos estudantes nos cursos existentes. Assunto este que, apesar de ser amplamente discutido em relação a vários níveis de ensino, permanece pouco estudado na EPT. Conforme Moreira, Lambert e Castro (2018, p. 48), “as pesquisas que abordam a temática da evasão e permanência na EPT são recentes e trazem em seu bojo causas que estão associadas a fatores internos e externos à realidade escolar”.

É portanto uma problemática que requer maiores ensejos de investigação. Contudo, é preciso compreender que as motivações da evasão passam por uma série de causas, sobre as quais não se tem muita clareza, tão pouco existem soluções para o problema. Nesse sentido, Rosa e Aquino (2019) destacam que “a evasão vem causando prejuízos” e, segundo os autores, “o que torna a situação preocupante é o fato deste não ser um problema recente”. Assim, argumentam que

os prejuízos causados pela evasão no ensino técnico vão além do financeiro, e perpassam pelo social. As perdas de caráter financeiro estão relacionadas ao fato de o sistema educacional fazer altos investimentos na oferta de vagas que, na ocorrência de evasão, [...] tornam-se perdidos. Já o problema de cunho social, trata-se do fato do aluno evadido interromper a sua vida estudantil, e assim, se tratar de jovens que por motivos diversos não conseguem sucesso em sua formação e acabam por desistir do curso técnico e as vezes até da vida educacional, ficando este sujeito com seu direito constitucional, de acesso e permanência a educação, comprometido (ROSA; AQUINO, 2019, p. 5).

A evasão escolar vem sendo reconhecida como um problema complicado, dinâmico e cumulativo que combina diferentes e simultâneas causas difíceis de serem equacionadas. Nesse mesmo sentido, Dore e Luscher (2011) ressaltam que no fenômeno da evasão agem fatores individuais, institucionais e sociais, sendo a saída da escola o último estágio desse processo. Portanto, o caminho até a evasão deve ser compreendido nas suas particularidades e interrelações, verificando-se como seus motivadores internos e externos às instituições de ensino se conectam em sua totalidade. Contudo, é preciso analisar esses fatores de modo que sejam adotadas medidas capazes de enfrentar o problema das elevadas taxas de evasão nos cursos técnicos.

As elevadas taxas de evasão no ensino profissional contrastam com a atual política pública educacional adotada, cujo fomento é de se priorizar a formação técnica profissional e, assim, facilitar a inserção dos egressos desses cursos no tão disputado mercado de trabalho, cada vez mais exigente por mão de obra qualificada. Dessa forma, faz-se relevante o aprofundamento no conhecimento dos fatores causadores da evasão escolar, para que se possa desenvolver medidas educacionais eficazes, capazes de gerar uma escola mais atrativa, proporcionando a permanência

do aluno em sala de aula e, assim, amenizar o índice de abandono escolar (VEIGA; BERGIANTE, 2016, p. 10).

O conhecimento aprofundado dos fatores da evasão, diferente que em outros níveis e modalidades de ensino, se torna ainda mais desafiador na EPT, pois, de acordo com Ferreira (2020), “apresenta uma sucessão de perspectivas que crescem por causa das especificidades desta modalidade de ensino, fazendo com que seja difícil a compreensão e a identificação dos fatores que cooperam para que a evasão aconteça”. Nesse sentido, Dore e Luscher (2011) destacam que o problema da evasão se revela incompatível com explicações simplistas ou definitivas, pois não se refere apenas a decisão de deixar um curso, mas de um processo cumulativo de abandono da vida escolar, por isso, torna-se extremamente importante aprofundar o conhecimento dos determinantes da evasão escolar para então desenvolver medidas que amenizem o problema.

As instituições de ensino precisam se atentar para essa questão, principalmente como foco nas causas internas que favorecem a evasão dos estudantes. Nesse sentido, Ferreira (2020) apresenta discussões teóricas e empíricas a respeito do acesso à educação profissional, e do problema da evasão nessa modalidade educativa, e conclui que um dos aspectos a ser considerado se refere à falta de motivação e identificação com o curso, seja pela falta de comunicação e informações sobre o curso no momento do ingresso, seja pela falta de relação ou vocação com a área profissional, ou ainda pela falta de identificação com a instituição, ou com a didática dos professores.

Outro fator extremamente importante, que contribui muito para que o aluno de prosseguimento ao curso, a forma que o professor elabora o plano pedagógico, ou seja, a forma com o que ele vai ministrar as aulas e de que maneira ele fará as abordagens, sendo ofertada uma aula interessante e de qualidade faz com que o aluno mantenha o interesse e prossiga no curso, ou seja, o interesse no aprendizado do aluno também parte da didática do professor. Desta forma, é importante diferenciar as maneiras de abordagem, os métodos utilizados para que essa transferência de conhecimento ocorra e até que ponto vai a responsabilidade do professor para que essas dificuldades sejam superadas. Ou seja o método utilizado pelo profissional da área de educação deve ser amplo, não limitando-se apenas a uma determinada forma ou conteúdo, buscando abranger os campos difíceis de cada aluno em suas particularidades (LINKE; NOGUEIRA; LINKE, 2017, p. 7).

Por outro lado, a análise das causas também precisa considerar que “o abandono é resultado de um processo de exclusão do estudante por parte da escola, uma vez que este estudante pode tanto ter abandonado os estudos quanto ter sido abandonado pelo sistema de

ensino” (SILVA; TORTATO, 2022), ou seja, se faz necessário compreender e observar o impacto da escola no processo de ensino e aprendizagem, pois a evasão pode ter impactos negativos na vida dos estudantes e na sociedade em geral.

O “viver justo e digno” [...] deve nortear as práticas escolares e possibilitar a construção de escola enquanto espaço de acolhimento aos sujeitos e suas identidades. Evasão nada mais é que do que um processo de exclusão, estejam ou não os excluídos cientes disso. Ela representa a negação não apenas das histórias de vida, mas das possibilidades reveladas pela aquisição do saber. Importante é estar ciente, no entanto, que enquanto a escola não for lugar de humanização, de aceitação do outro, problemáticas relacionadas ao fracasso escolar, tal como a evasão, estarão sempre na pauta de discussões que, embora relevantes, carregam consigo apenas o mérito da repetição e o alento da utopia (FIGUEIREDO; SALLES, 2017, p. 372).

Com isso, a escola tem um papel importante na prevenção da evasão escolar, por meio de ações que visam a melhoria do ambiente escolar e da oferta de atividades extracurriculares que podem despertar o interesse dos alunos estudantes (OLIVEIRA; NÓBREGA, 2021). Além disso, é importante que a escola esteja atenta aos sinais de alerta que possam indicar que um aluno está em risco de evasão, observando por exemplo a falta de frequência às aulas, o baixo desempenho acadêmico, a falta de interesse nas atividades escolares, entre outros.

A evasão escolar traz prejuízos na vida dos estudantes, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a redução das oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Por isso, é importante que a escola e a sociedade em geral trabalhem juntas para prevenir a evasão escolar e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Deve-se ter em mente que a expressão qualidade social, no que se refere às práticas próprias de uma instituição escolar, confere um sentido à formação que extrapola aspectos facilmente quantificáveis, situando a educação em termos de sua ação política na sociedade. Entende-se, em um sentido amplo, que uma orientação de cunho emancipatório, capaz de fornecer aos alunos uma concepção verdadeiramente transformadora, tanto a nível individual quanto coletivo, torna-se não só desejável como necessária, sendo esse o princípio que deve nortear todas as ações que se desenvolvem no interior da escola. No entanto, só é possível defender as “condições garantidoras de qualidade social” se, em primeiro lugar, estivermos sensivelmente atentos à trajetória dos estudantes que ingressam na Instituição, o que implica um olhar cuidadoso sobre os alunos em risco iminente de evasão (FIGUEIREDO; SALLES, 2017, p. 88).

Por fim, fica evidente que para combater a evasão escolar em cursos técnicos, é necessário que as instituições de ensino adotem medidas que visem a melhoria da qualidade do ensino, a orientação dos cursos às necessidades e expectativas do público alvo, os estudantes, a oferta de suporte e a promoção de uma boa comunicação entre a instituição e o aluno. Além disso, é necessário que os alunos sejam motivados e orientados sobre a importância da conclusão do curso técnico para sua formação pessoal e profissional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SENAI iniciou suas atividades no município de Florianópolis em 1994, para atuar na formação de recursos humanos e prestação de serviços em automação e informática. O resultado foi a fundação do Centro de Tecnologia em Automação e Informática - CTAI, atualmente denominado Faculdade de Tecnologia SENAI Florianópolis. A unidade de Florianópolis, nestes 29 anos de sua existência, serve à população atendendo as comunidades locais e seus municípios de abrangência, sendo eles: Angelina, Águas Mornas, Rancho Queimado, Alfredo Wagner, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Governador Celso Ramos, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

Dentro de suas competências, o SENAI de Florianópolis oferta cursos de ensino superior e cursos técnicos na área de tecnologia da Informação, devido ao fato de que Florianópolis está se consolidando como um polo de empresas de base tecnológica. Contudo, vale destacar que no ano de 2017 a unidade passou a ofertar, pela primeira vez, o curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, para suprir necessidades das empresas de tecnologia da região. Curso este objeto de estudo dessa pesquisa.

O estudo de caso no Curso Técnico do SENAI Florianópolis apresenta relevância para a instituição ofertante, pois, conforme dados internos da instituição, o mesmo representava aproximadamente 97% das matrículas de cursos técnicos realizadas no SENAI Florianópolis em 2022, conforme tabela a seguir. Nesse ano, a instituição registrou um total de 547 matrículas em cursos técnicos, sendo que 530 destas são no Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, de forma integrada ou subsequente.

Curso:	Nº de matrículas em 2022.
--------	---------------------------

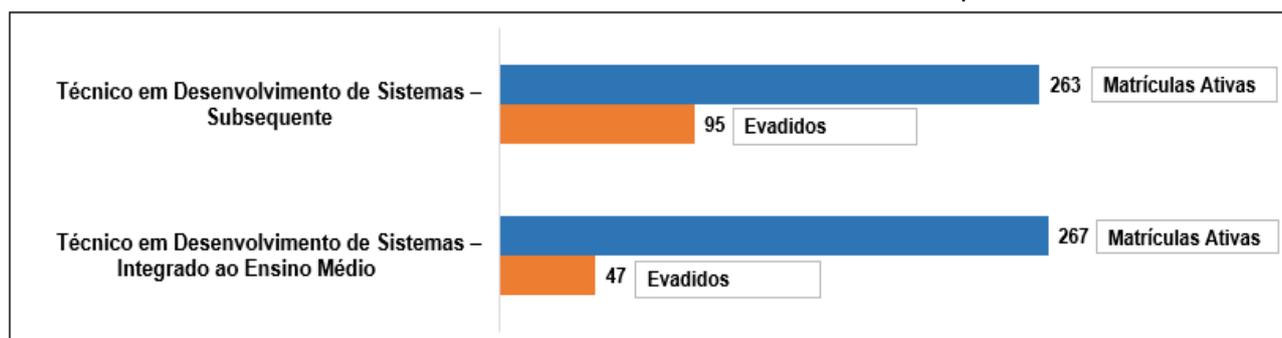
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Subsequente.	263
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Integrado ao Ensino Médio.	267
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.	17
Total:	547

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Desenvolvimento de Sistemas, do SENAI de Florianópolis, a demanda por formação de trabalhadores, para atender a necessidade de indústrias e empresas na região metropolitana da capital catarinense, possibilita que os estudantes formados tenham acesso ao emprego, a melhores salário e condições de trabalho (SENAI, 2022). Assim, apresenta tais oportunidades como sendo um dos principais fatores que motiva os estudantes na busca pela formação técnica.

Contudo, para além das vagas ofertadas e dos fatores de permanência e êxito dos estudantes no curso, é preciso observar os indicadores de evasão na educação profissional. Nesse sentido, verifica-se que, somando as matrículas do curso técnico integrado ao Ensino Médio e do subsequente, em 2022, a evasão foi de aproximadamente 27% (vinte e sete por cento). Ou seja, dos 547 (quinhentos e quarente e sete) matriculados, 147 (cento e quarente e sete) deles se evadiram do curso no referido ano letivo.

A partir dos dados encontrados e analisados, considerando as diferenças na oferta do curso por modalidade, integrado ou subsequente ao ensino médio, verificou-se que o problema é mais grave para a modalidade subsequente ofertada no período noturno, e que concentra de maneira significativa o perfil de estudantes-trabalhadores. É possível observar, no Gráfico 1, a seguir, que na oferta subsequente a evasão é mais que o dobro se comparada ao mesmo curso ofertado na modalidade integrada ao ensino médio no período diurno.

Gráfico 1 – Comparação de matrículas e evasão entre as modalidades de oferta no Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, do SENAI Florianópolis, em 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SENAI, de 2022.

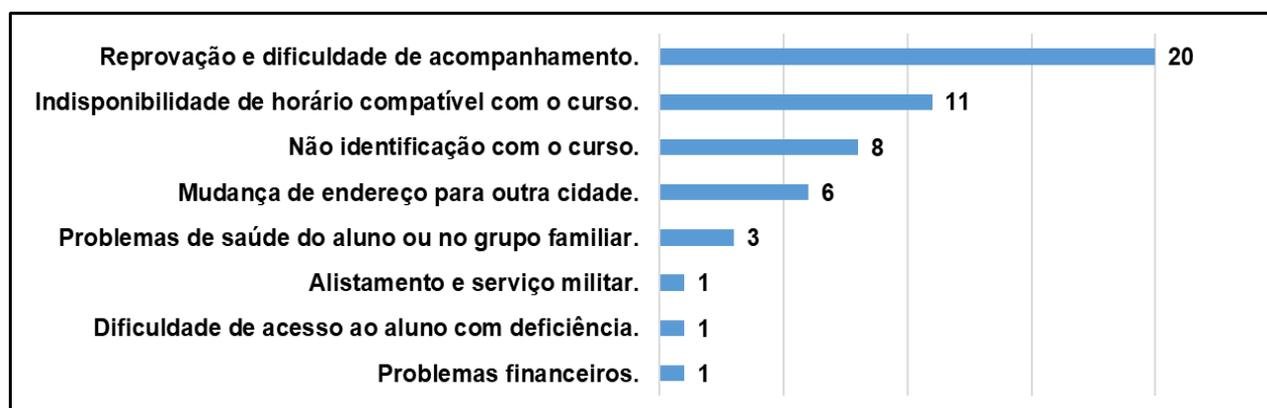
Portanto, o que explica o fato de a cada 10 estudantes ingressantes no curso técnico subsequente da instituição, pelo menos 3 deles interrompem sua jornada de formação em alguma fase do percurso? Diante de tais números, justifica-se a necessidade de realizar investigação sobre os motivos que levam à evasão e, além disso, entender os fatores que garantem a permanência e a conclusão dos estudos no referido curso, para pensar e implementar ações no sentido de diminuir a evasão e maximizar a permanência e o êxito dos estudantes matriculados.

Ao realizar essa investigação busca-se, portanto, compreender a evasão na Educação Profissional e Tecnológica que, segundo Dore, Salles e Castro (2014, p. 386), “é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino”.

Para a continuidade da análise, vamos priorizar os dados do curso estudado na sua modalidade subsequente, considerando ser o problema da evasão mais grave nessa oferta, na instituição, e o fato de que a relação trabalho educação possa ser mais destacada nesse grupo, do período noturno, no qual os estudantes em geral trabalham durante o dia.

Os gestores do SENAI de Florianópolis, também preocupados em compreender as causas da evasão, incluíram no requerimento de desistência o item no qual os estudantes precisam responder qual o motivo principal de abandono do curso. A partir do preenchimento de requerimentos de desistência pelos estudantes no momento da evasão, portanto, são obtidos dados institucionais relevantes sobre os motivos que levaram à interrupção do curso, por parte do grupo analisado. Nesse sentido, para os 95 (noventa e cinco) evadidos do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas subsequente, ofertado pelo SENAI Florianópolis, em 2022, são conhecidas as causas de 51 (cinquenta e um) deles, conforme análise dos relatos obtidos no momento da solicitação de desligamento da instituição. Assim, no gráfico 2, a seguir, apresenta-se uma lista das causas identificadas, entre as quais se destaca os motivos relacionados à incompatibilidade de horários, às dificuldades quanto ao próprio curso, a reprovação em disciplinas ou mesmo a percepção de que não se identifica com o curso ou a área técnica.

Gráfico 2 – Motivos da evasão no Curso Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas, do SENAI Florianópolis, identificado pela instituição em 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SENAI, de 2022.

Ainda no gráfico 2, destacam-se outros fatores com menos frequência, mas também apontados como causa suficiente para o abandono do curso, tais como, mudança de endereço para outra cidade, problemas de saúde, prestação de serviço militar, dificuldade de acesso ao aluno com deficiência e problemas financeiros. Contudo, dada a sua importância para produzir diagnósticos, recomenda-se à instituição aperfeiçoar esse mecanismo de identificação das causas da evasão, pois, por exemplo, sendo um curso de ensino privado, ou seja, que os alunos precisam pagar para ter acesso, ter obtido apenas uma resposta relacionada à “problemas financeiros”, em se tratando de estudantes-trabalhadores, em um período de aumento do desemprego no país, no período pandêmico, pode estar indicando necessidade de melhor acuidade nas informações, e dado o alto índice de casos para os quais as causas não foram identificadas (44 dos evadidos em 2022), recomenda-se o aperfeiçoamento o instrumento de coleta de informações para um diagnóstico mais efetivo.

Ainda assim, considerando os dados existentes e analisados a luz do referencial teórico apresentado anteriormente, foi possível, para o escopo da presente pesquisa, apontar ações de combate à evasão na instituição, particularmente no curso analisado. Nesse sentido, recomenda-se avaliar os meios e recursos necessários tendo em vista a lista de ações descritas na tabela a seguir, como uma proposta inicial para enfrentar o problema da evasão no Curso Técnico Subsequente de Desenvolvimento de Sistema do SENAI de Florianópolis.

Roteiro de ações de prevenção à evasão escolar nos cursos técnicos subsequente:	
Hipóteses causais:	Ações a serem realizadas (recomendações):
Dificuldades para acompanhar o curso e quando ao uso das tecnologias.	Acolhimento e acompanhamento pedagógico. Aulas extra de reforço e nivelamento. Sistema de monitoria para estudantes com dificuldade em matérias específicas.

Dificuldades financeiras relacionadas a desemprego.	Programa de empregabilidade. Fortalecimento de programas de estágio remunerado.
Insatisfação com o curso ou com a instituição de ensino.	Aplicação de avaliação de satisfação institucional periódica, com as devidas tratativas e providencias. Escuta ativa e qualificada. Diálogo constante com equipe gestora.
Não identificação com o curso. Falta de motivação para os estudos.	Qualificar a comunicação na divulgação do curso e no processo de matrícula. Semana de ambientação e acolhimento. Acompanhamento pedagógico analisando índices de faltas e rendimento escolar. Atividades psicopedagógicas de integração e engajamento. Palestras motivacionais e sobre bons hábitos de estudo.

Além disso, é preciso considerar que o maior contato dos estudantes com a instituição de ensino está na relação com os professores, e que portanto a formação continuada desses profissionais pode e deve estar focada na resolução do problema da evasão, entre outros. Nesse sentido, Silva e Tortato (2022) destacam ainda que a escola deve se responsabilizar pelo abandono dos estudantes, traçando estratégias para minimizar a evasão, afinal, a exclusão na prática da escola também passa pela adoção de metodologias e concepções pedagógicas que quando adotadas favorecem a evasão e o círculo de exclusão. Portanto, é preciso realizar as melhores escolhas também quanto às metodologias de ensino, à prática pedagógica dos professores, à relação com os estudantes, entre outras, que possam maximizar a permanência e o êxito nos cursos de formação profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada, a partir de dados institucionais disponíveis, sobre o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, de nível médio, constituiu-se como um estudo de caso realizado na Escola do SENAI-SC, em Florianópolis, que buscou obter respostas a diversos questionamentos relacionados ao problema da evasão, considerando o estudo das causas e a indicação de estratégias e ações com vistas a ampliação da permanência e do êxito dos estudantes. Assim, na busca por respostas às inquietações que motivam a pesquisa, e considerando os dados analisados, foi possível indicar um conjunto de ações que, se aplicadas, a curto prazo podem ser decisivas para a redução dos índices de evasão no curso pesquisado.

Contudo, importa ressaltar que esses dados são apenas um recorte de uma pesquisa de maior alcance, em nível de mestrado em andamento, que deverá ampliar a análise e os estudos

teóricos para compreender melhor as razões da evasão na educação profissional e, particularmente, no curso técnico em questão, e identificar, na forma de produto educacional, soluções para reduzi-la. Nesse sentido, acredita-se que a pesquisa poderá contribuir significativamente para o aprimoramento da oferta e para a melhoria da qualidade do ensino técnico oferecido pelo SENAI, em Florianópolis. Além disso, a ampliação da pesquisa pode fornecer pistas e indicações valiosas para outras instituições de ensino que enfrentam desafios semelhantes em relação à evasão escolar em cursos profissionalizantes de nível médio.

A investigação que enfrenta o desafio de compreender a evasão na Educação Profissional e Tecnológica, portanto, tal como evidenciado por diversos autores, conforme citados ao longo do artigo, se depara com um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, mas que precisa ser enfrentado com urgência. Atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, conforme foi possível constatar, o problema da evasão se revela incompatível com explicações simplistas ou definitivas.

Nesse sentido, ao chamar a atenção para a responsabilidade das instituições de ensino quando ao problema da evasão, cabe destacar os vínculos da educação profissional com o mundo trabalho, para a defesa de uma formação plena de sentido. De maneira que conceber o trabalho como princípio educativo exige um projeto de educação profissional que não seja meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas que possa estar comprometida com a formação humana, tendo em vista proporcionar a compreensão ampla das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, e também habilitar os estudantes para o exercício autônomo e crítico de profissões.

5 REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: globalização de um sul administrado?

Contracampo. v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38579/pdf>>. Acesso em 21 nov. 2022.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Revista Estudos**

Avançados. 28 (81), 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfD3Yw6YXTTB3YXL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 18 out. 2022.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na Educação Técnica a de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa [online]**, n. 144, v. 41, 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 30 out. 2022.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. In: DORE, R. (Org.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB, 2014. p. 379-413.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação: Rio de Janeiro. v. 25, abr./jun., 2017, p. 356-392. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Bw8WKpzdP3w8qn5zL68C3sq/?lang=pt>>. Acesso em 17 maio 2022.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, 2009, p. 67-82. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nzcz3y5kSfcxqdRZk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 02 abr. 2023.

MOREIRA, L. K. R.; LAMBERT, A. S.; CASTRO, R. C. A. M. Educação Profissional e Tecnológica: Permanência e evasão em foco. **Revista Brasileira Educação e Saúde**. v. 8, n. 4, p. 48-53, out-dez. 2018. Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/5988>>. Acesso em 02 jun. 2023.

RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356/317>>. Acesso em 08 abr. 2023.

ROSA, A. H.; AQUINO, F. J. A. A evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio: um olhar profundo sobre dois grandes vilões – a ausência de informações e a falta de identidade do ensino técnico. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 7, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662198041>>. Acesso em 15 out. 2022.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SENAI. **Projeto Político Pedagógico**. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, Florianópolis, 2022.

SILVA, L. B.; TORTATO, C. S. B. Abandono escolar na educação profissional e tecnológica e nível médio integrado no IFPR campus Paranaguá. In: **Anais do VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), 2022. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/547251.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2023.